

編號：第 283/2022 號（刑事上訴案）

日期：2024 年 3 月 14 日

主要法律問題：

- 交通意外過錯之分配
- 醫療費用 私營醫療機構診療費
- 長期部分無能力賠償
- 非財產性損害賠償

摘 要

1. 交通意外過錯分配問題，應在具體個案中，按照每名涉案者對相關交通意外之發生所起的作用作出判斷。

2. 本案肇事司機在涉案酒店門前的中間車行道行駛，其沒有留意到被害人已經步出並在其行車道上行走，撞及被害人；另一方面，被害人從停在右車道排隊等候上客的普通的士中間步出進入中間車道並沿右邊和中間車道的分割線與肇事車輛同一方向步行，約 3 秒後被司機撞及。涉案酒店大堂門前的內行車道，其功能主要是上落客，人車爭道嚴重，提高了對司機的謹慎駕駛的要求；雖然碰撞的位置為一彎位，但司機前方視線沒有阻礙。根據當時的交通狀況情況，對比司機和行人的駕駛和步行情況，原審法院裁定司機對交通意外的發生負

80%的過錯責任，並無錯誤。

3. 第 24/86/M 號法令所訂定的是，有關可享受完全免費衛生護理服務群體的衛生護理之求取制度。根據該法令，澳門地區居民有權向衛生局求取直接或間接由該局提供的衛生護理服務；由澳門私人醫療單位，根據該法規規定提供的護理服務，視為衛生局間接提供的護理服務。（第 24/86/M 號法令第 1 條）。

4. 人的生命和健康權利應獲得至高的保障，澳門居民完全有自由在本澳選擇公營或私營醫療機構求取衛生護理服務，任何人都無權干涉。

5. 事實上，被害人作為年逾 65 歲人士且在交通意外中受傷的危險組別，對其的醫療護理服務早已依據該第 24/86/M 號法令分流至包括 XX 醫院在內的多間私營醫療機構，而 XX 醫院亦是在第 24/86/M 號法令規定的框架下為被害人提供治療並且收取費用（見被害人的住院收費單）。完全不存在擅自選擇求診機構和昂貴收費問題。

6. 我們需強調，涉及交通意外中治療傷痛的醫療費用賠償問題，主要的考量是，有關的醫療手段是否是為著治療和復原被害人在交通意外中遭受的傷痛，以及相關的醫療費用支出是否是該等醫療的費用支出，且是否符合政府或行業收費標準或合理。至於上訴人主張的、涉及是否存在沒有因果關係的醫療及奢侈收費問題，上訴人應負舉證責任。上訴人不能僅以私營醫療收費高之籠統推測，簡單地要求簡單將收費支出降低 50%。

7. 在確定長期部份無能力賠償金額時亦遵循衡平的標準，除了長

期無能力程度及其對日常生活和工作的影響之外，亦不妨礙考慮其他已認定的有關事實，如受害人的年齡、受傷害前的身體狀況、現行之薪酬及工作、學歷、其在受害前後職業上之期許等。

8. 法律規定對受害人精神損害賠償，是通過金錢的賠償讓受害人得到一些精神安慰，該等損害賠償旨在向受害人提供“安慰”，讓其減輕損傷對其造成的痛苦或盡可能把痛苦忘記。

9. 對過失而產生的精神損害賠償或非物質損害賠償金額的訂定，由法官只能根據每一個案中已證事實及具體情況作出考慮，依公平公正原則作出，而不可能以其他個案或判決中某個可量化的項目作為衡量的指標，更不可能存在一計算公式。

10. 法律賦予了審判者依照衡平原則作出決定的自由決定空間，上級法院只有在其決定出現明顯的不公平、不適當的情況下才有介入的空間。

裁判書製作人

周艷平

澳門特別行政區中級法院 合議庭裁判書

編號：第 283/2022 號（刑事上訴案）

上訴人/民事損害賠償被請求人：A 有限公司

被上訴人/民事損害賠償請求人/被害人：B

日期：2024 年 3 月 14 日

一、案情敘述

在初級法院刑事法庭第 CR3-20-0278-PCC 號合議庭普通刑事案件中，於 2021 年 12 月 10 日合議庭作出裁判，針對民事損害賠償請求，裁定如下：

- 判處民事被告 A 有限公司須向民事原告 B 支付澳門幣 984,233.07 元的損害賠償金，以及根據終審法院 2011 年 3 月 2 日第 69/2010 號上訴案的統一司法見解裁判所定的法定利息；
- 判處民事被告 A 有限公司須向民事原告 B 支付因本案交通事故導致受傷部位（左腿脛骨及腓骨骨折）繼續接受合理覆診的費用，以及有關受傷部位將來接受取出內固定手術的醫療、住院、

藥物、治療復康費用及合理期間覆診費用的財產損害賠償，具體金額待執行時結算（因按上述所訂定的過錯責任比例承擔），但具體所結算的金額不應超越民事被告在本案中應承擔有關責任限額的上限；

- 駁回其餘民事請求。

*

民事損害賠償被請求人（即：上訴人）A 有限公司不服，向本院提起上訴。上訴人適時提交了上訴理由闡述（載於卷宗第 461 頁至第 491 頁），上訴人在該訴狀中列舉了上訴依據且在結論部分簡要陳述了上訴請求之理由。¹

¹ 民事損害賠償被請求人提出以下上訴理由（結論部分）：

1-O acordão recorrido decidiu condenar a Requerida, ora recorrente, a pagar ao demandante cível a quantia total de MOP\$984.233,07, montante este a crescido de juros legais contados a partir da data do acordão e até integral e efectivo pagamento e ainda os valores que se vierem a apurar em execução de sentença referentes a tratamentos posteriores do demandante cível.

2-A recorrente circunscreve o seu recurso à repartição da responsabilidade pela ocorrência do acidente, ao valor aceite a título de despesas médicas e medicamentosas, ao valor atribuído a título de incapacidade parcial permanente e ao valor atribuído a título de danos morais.

3-No que diz respeito à repartição da responsabilidade pela ocorrência. do acidente o acordão recorrido considerou que o arguido tinha 80% de responsabilidade e o ofendido 20%.

4-Segundo ficou provado o arguido C violou o dever de cuidado previsto no nº1 do artigo 30º da lei do Trânsito Rodoviário e foi essa uma das causas que levaram ao acidente em discussão nos autos.

5-Não obstante, também ficou provado que "a vítima saiu do vão entre os veículos estacionados do lado direito do arguido para a faixa de rodagem por onde o arguido estava a conduzir e que, durante este

processo a vítima não prestou atenção aos veículos que se aproximavam na faixa do meio por onde o arguido estava a dirigir, violando, assim, o dever de cautela ao passar ao longo da via, não se colocou em segurança a si mesmo e a terceiros, causando a ocorrência do acidente e sérios danos à sua integridade física.

6-O próprio demandante cível afirma que "quando saiu do átrio do Hotel XX, atravessou a passagem para peões e, como não havia espaço no jardim de flores à sua frente para chegar à esquina da rua do hotel, caminhou ao longo da linha branca na faixa de rodagem à esquerda com intenção de seguir a linha branca até à paragem de autocarros fora do hotel.

7-De facto TANTO o arguido C sabia perfeitamente que quando conduzia um veículo na via pública, devia prestar atenção à situação do pavimento e dos peões, mas não prestou atenção nem controlou adequadamente a velocidade do veículo para evitar o acidente e atingiu a vítima B que ficou ferido, COMO esta vítima sabia que não podia circular pela faixa de rodagem e, muito menos, sem prestar atenção aos veículos automóveis que por ali circulavam.

8-Ou seja, não obstante se poder assacar alguma responsabilidade ao condutor do automóvel, a verdade é que é do senso comum que um condutor não pode razoavelmente prever que surja um peão a andar na faixa de rodagem quando poderia caminhar pelo passeio.

9-Considera, assim, a recorrente, que a responsabilidade pela ocorrência deste acidente deverá pertencer aos dois intervenientes na mesma proporção, ou seja, deverá corresponder 50% da responsabilidade a cada um deles .

10-A análise dos factos efectuada pelo douto tribunal e a sua conclusão de que a culpa pela ocorrência deste acidente pertence 80% ao arguido e apenas 20% ao demandante cível está incorrecta e não reflete a realidade do que se passou.

11-Na verdade, e como acima se mencionou, atribuir 80% da culpa pela ocorrência do acidente ao arguido é totalmente incorrecto pois, assim sendo, têr-se-ia que obrigar os condutores a praticamente pararem a sua marcha junto de cada veículo estacionado, com medo de que, no vão desses veículos,

fosse normal ou esperado, sair algum peão e fosse necessário travar imediatamente para evitar acidentes.

12-A recorrente também não aceita que tenha que pagar ao recorrido todas as despesas médicas efectuadas no Hospital XX.

13-0 que é certo é que o CHCSJ possui todos os meios necessários para os tratamentos a que o requerente foi submetido e, igualmente, para o auxiliar no processo de recuperação e nada indica que no Hospital XX pudessem ser prestados serviços médicos mais sofisticados ou de qualidade superior aos que poderiam ser prestados no CHCSJ ou noutros departamentos dos Serviços de Saúde de Macau.

14-Ou seja, entende a recorrente que não há, pois, razão nenhuma para que a indemnização decorrente das despesas directamente suportadas pelo recorrido com a assistência médica e medicamentosa prestada por uma instituição médica-hospitalar privada, venha a ser fixada em montante superior às despesas que seriam pagas caso este tivesse optado pela assistência no CHCSJ.

15-Se o ofendido tivesse recorrido aos Serviços de Saúde de Macau a sua conta seria reduzida para, pelo menos, 50% do que o montante que gastou, tudo conforme tabela discriminativa dos honorários, actos e serviços médicos segundo o disposto no Decreto-Lei no 24/86/M de 15 de Março, no Despacho no 11/GM/96 de 22 de Fevereiro, no Despacho no 98/GM/98, de 19 de Outubro, no Decreto-Lei no 9/99/M, de 15 de Março e no Despacho SASC no 45/2000, de 31 de Julho.

16-Motivo porque se requer a alteração do acordão recorrido nos termos supra expostos, ou seja, com a redução em 50% da indemnização a ser paga pela recorrente a título de despesas médicas e medicamentosas.

17-No que diz respeito á indemnização a atribuir a título de Incapacidade Parcial Permanente que foi determinada em 20% o tribunal concedeu ao recorrido o montante de MOP\$400.000,00.

18-Existe no montante concedido por este acordão um evidente erro na apreciação da prova e uma ausência total de equilíbrio e de equidade que leva à condenação da recorrente a pagar ao ofendido uma importância desproporcionada e totalmente infundamentada a título de compensação pela sua

incapacidade parcial permanente.

19-Ora, no caso dos presentes autos o douto colectivo não atendeu aos critérios estabelecidos na lei e, muito menos, usou de equidade na atribuição desta compensação ao demandante cível.

20-Desde logo, pelo facto de o salário mensal do recorrido ser de apenas MOP\$11.540, 37 e também pelo facto de o autor ter já 69 anos na data do acidente, ou seja, deverá estar já numa fase de vida de descanso laboral ou reforma.

21-Face a estas duas situações acima referidas considera-se que o valor de MOP\$400.000,00 é um valor extremamente elevado para compensar uma incapacidade parcial permanente de 20% e que o mesmo deverá ser corrigido para um montante não superior a MOP\$200.000,00.

22-Para além das indemnizações acima referidas o Tribunal "a quo" decidiu conceder ao recorrido uma indemnização a título de danos morais no montante de MOP\$480.000,00.

23-Ora, não obstante se aceitar como verdadeiro que o requerente cível, ora recorrido, sofreu lesões físicas graves e que merecem, sem dúvida, compensando a nível patrimonial a verdade é que a atribuição do montante acima referido foi efectuada de uma forma totalmente discricionária pelo colectivo e sem qualquer apoio na equidade e na justiça do caso concreto.

24-Como se sabe, a quantificação dos danos morais terá que ser efectuada com justiça e equidade, em face das circunstâncias dadas por assentes no texto da decisão recorrida, nos valores constantes na jurisprudência da R.A.E.M., e à luz dos critérios previstos nos artigos 487.º e 489.º do Código Civil o que, efectivamente, aconteceu nos presentes autos.

25-Até porque ainda de ter em atenção que, no cômputo total da indemnização, se considerou já o ressarcimento dos danos materiais sofridos e que a indemnização de que ora se recorre se destina, apenas, a ressarcir danos não patrimoniais que, pela sua gravidade, merecem a tutela do direito.

26-Face a todo o acima exposto a recorrente considera que os danos não patrimoniais sofridos pelo recorrido deveriam ter sido ressarcidos com uma indemnização num valor não superior a MOP\$200.000,00.

*

民事損害賠償請求人（即：被上訴人）B 就上訴人的上訴作出了答覆，並提出以下理據（結論部分）：

(i)關於交通事故的責任分配方面

1. 本文中，原審法院根據案件的已證事實，說明了嫌犯是本案交通事故的主要責任人，原審法院的判斷與治安警察局作出的調查報告結論一致。

2. 事實上，嫌犯作為一名職業司機，理應更為謹慎行車。然而，嫌犯沒有細心注意路面情況，應看到而無看到被上訴人在路上行走，繼而撞倒被上訴人，違反《道路交通法》第 30 條第 1 款規定。

3. 儘管被上訴人有錯，但倘若嫌犯有足夠謹慎，涉案交通意外亦絕對不會發生。

4. 綜上所述，被上訴人認同原審法院判定嫌犯違反謹慎義務是引致是次意外的主因，將嫌犯及被上訴人的過錯比例訂為 80%及 20% 是適當的判斷，應予維持。

(ii)關於醫療費用賠償金額方面

5. 本案的已證事實表明，被上訴人的傷患是由於嫌犯不小心駕駛所造成，被上訴人的損害與嫌犯的不法行為之間具有適當的因果關係。

6. 被上訴人就其傷患而選擇在公營或私營醫療機構求診並接受治療，屬其個人權利，不容上訴人阻礙或左右。就有關問題，我們可參考葡萄牙波爾圖中級法院在 2160/18.5T9MTS.P1 案中提出的觀點。

7.事實上，審理案件的原審法院稱，被上訴人於 XX 醫院而非仁伯爵綜合醫院所支付的費用亦屬於合理應接受的範圍和水平。

8.故此，應裁定上訴人的這部份上訴理由不成立，原審法院的決定應予維持。

(iii)關於長期部分無能力賠償方面

9.有關題述事宜，一貫以來的司法見解均認為，除考慮年齡及薪酬因素外，還應該考慮被害人受傷害前的身體狀況，以及受傷害前後職業上之期望、受傷位置、部份無能力的程度、對身體活動能力及工作能力的長期影響等等一系列因素。

10.本案中，自發生本次交通意外起至今，被上訴人仍未痊癒，需要覆診，住院期間曾接受手術，一段時間內需要使用輪椅代步，已沒有工作，傷殘率為 20%。

11.但在交通意外前，被上訴人任職保安員，每天工作 12 小時，每週均沒有休假，且有時會被僱主在強制性假期或年假安排上班。被上訴人的體力和精神勝任上述保安員工作，其本人對工作保持勤奮、熱愛及積極的態度。

12.縱使被上訴人年屆 69 歲，身體及精神健康狀況良好，長期以來自理日常，會幫忙照料家庭。但現在，活動能力已大不如前，不能如以往般自理日常生活，反而需要由妻子照顧。

13.因此，綜合考慮這些事實後，原審法院定出的 MOP\$400,000.00 賠償應予維持。

(iv)關於非財產性損害賠償方面

14.在結論部份，被上訴人就不再逐一羅列本案的已證事實，具體可見正文的陳述及原審判決的已證事實部分，在此視為完全轉錄。

15.案中的已證事實足以表明，是次交通意外對被上訴人的身體及精神造成了極大的痛苦和傷害。

16.中級法院在第 258/2017 號合議庭裁判指出，在衡平原則確定賠償金額的方式之下，只有在明顯不公或者明顯與其過失的程度不相符合的情況下，上訴法院才有介入的空間。

17.原審法院根據案中的已證事實，並按照衡平原則而定出的 MOP\$480,000.00 的精神損害賠償金額，顯然是公正、適當和合理，不存在對《民法典》第 487 條及第 489 條規定之違反，故上訴人這部份的上訴理由亦不成立。

*

駐初級法院刑事庭的檢察院代表沒有作出答覆。

*

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表對卷宗作出檢閱，認為上訴僅涉及民事損害賠償事宜，故檢察院不具備發表意見之正當性。（見卷宗第 531 頁）

*

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

原審法院經庭審後認定的事實

(一) 獲證明屬實的事實：

控訴書中的事實：

1. 2019年8月17日約11時13分，嫌犯C駕駛MX-XX-62電召的士，由XX酒店大堂往路氹城連貫公路方向，沿中間車行道駛離XX酒店大堂。
2. 當嫌犯駛至事故地點之彎位時，被害人B從其右方停在路旁之車輛空隙步出至其行駛中的車行道，其右車身與被害人發生碰撞，引致被害人倒地受傷（參閱卷宗第10頁交通意外描述圖、第22頁事故現場相片、第35頁至38頁觀看錄影報告，並視為完全轉錄至本裁判書）。
3. 事故發生時為日間，天氣為下雨，地面濕滑，交通密度正常。
4. 嫌犯的上述行為直接及必然導致被害人左脛骨下端骨折，左腓骨下端粉碎性骨折。估計共需12個月康復，或將多需30日做手術取出其內固定，使其身體完整性造成嚴重傷害（參閱卷宗第84頁的臨床法醫學鑒定書，並視為完全轉錄至本裁判書）。
5. 嫌犯在駕駛車輛時，違反《道路交通法》第30條第1款所規定之謹慎義務，直接導致上述意外發生，且造成被害人的身體完整性受到嚴重傷害。
6. 嫌犯清楚知悉其行為的非法性，會受法律制裁。

刑事答辯狀中的事實：

- 嫌犯亦於事故發生當日或翌日聯同車務主管D、E以及嫌犯妻子

一同前往仁伯爵綜合醫院探望被害人。

- 嫌犯是一名職業司機，現時每月平均收入為澳門幣 10,000 元。
- 嫌犯婚姻狀況為已婚，需獨力照顧妻子及一名中度智力殘疾的女兒。
- 嫌犯妻子自 2008 年中風後，其行動不便，沒法工作。
- 嫌犯作為家庭經濟支柱，家中所有生活負擔，全由嫌犯承擔。

民事起訴狀中的事實（包括擴大民事損害賠償請求）（除證明了起訴狀內與上述已證事實相同的事實外，尚證實以下重要事實）：

- 在交通事故發生時，MX-XX-62 電召的士的車主為 F 有限公司。
- MX-XX-62 電召的士於交通事故發生時已投保 A 有限公司，保單編號：007XXX67。
- 根據輕型汽車（電召的士）MX-XX-62 之車主與被告 A 有限公司之間訂立的保險合同（保單編號：007XXX67），有關賠償責任轉嫁予被告承擔。
- 交通事故發生後，原告被救護員送往仁伯爵綜合醫院急診室接受治療。
- 經急診室醫生診斷，原告的左側下肢脛腓骨骨折。
- 上述由仁伯爵綜合醫院向原告提供的治療費用為 MOP\$1,242.00。
- 原告隨後轉到 XX 醫院急診入院及接受治療。
- 經 XX 醫院醫生診斷，原告的左脛骨骨折及左腓骨骨折。而經 X 光檢查發現：1. 左脛骨下段骨折，斷端向外側移位，向前方成

角；2. 左側腓骨下端粉碎性骨折，斷端向後移位；3. 左距骨前份上緣小片狀高密度影，需骨質增生與撕脫性骨折鑒別，請結合臨床；4. 左小腿中遠段軟組織腫脹；5. 左下肺野心影重疊處（胸 11 椎體左旁）見小片狀高密度影，考慮橫突重疊影，建議隨訪覆查，其餘雙肺未見實質性病變；6. 主動脈硬化，心影增大；7. 右側第 7 後肋骨皮質稍彎曲，請結合臨床。

- 自 2019 年 8 月 17 日起至 2019 年 9 月 11 日止，原告需要留在 XX 醫院接受醫生治療。
- 於 2019 年 8 月 28 日，即住院期間，院方為原告進行了左脛骨骨折閉合復位交鎖髓內釘固定術。
- 在住院期間內，原告只能臥床，不能自理日常生活；在飲食及身體清潔上，需由家人負責照料。
- 出院後，原告的傷患處仍然感到非常不適和疼痛，只能使用輪椅代步。
- 醫生囑咐原告在家中休息，並需要定期到醫院骨科門診覆診和接受治療。
- 上述由 XX 醫院向原告提供的急診、手術、治療、住院及覆診費用合共為 MOP\$125,010.00。
- 自原告出院後，原告的傷患處仍然感到不適和疼痛，未能如以往般步行、走路，行動不便。
- 原告需要使用輪椅代步。
- 為此，原告需向澳門紅十字會租用輪椅，輪椅的每月租金費用

為 MOP\$50.00。

- 直至提起本民事請求之時，原告支出了租用輪椅費用合共 MOP\$650.00 (=MOP\$50.00x13 個月)。
- 在交通事故發生時，原告在 G 有限公司任職保安員。
- 原告的工作時間是晚上 8:00 至早上 8:00，共 12 小時，除收取基本報酬外，還收取超時工作報酬。
- 原告每週均沒有休假，而是如常上班工作。
- 在強制性假期或年假，原告有時會被僱主安排上班。
- 在 2019 年 1 月至 7 月期間，原告每月的平均收入為 MOP\$11,540.32。
- 在交通事故發生前，原告的體力和精神勝任上述保安員工作。
- 由於本次交通事故的發生，導致原告由 2019 年 8 月 17 日至 2021 年 3 月 10 日未能上班工作，失去了每月的工作收入，合共 MOP\$216,573.34(=MOP\$11,540.32 X (18 個月+23 日/30 日))。
- 自本次交通事故發生至提起本民事請求之時，原告的傷患處有時仍然感到疼痛，較難站立和步行很長時間。
- 在稍後時間需視乎情況，醫院需要為原告取出其內固定。
- 原告在將來很有可能需支付另一筆手術費用，還需住院及定期到醫院覆診和接受術後治療。
- 在交通事故發生前，原告雖已 69 歲，但身體及精神健康狀況良好。
- 長期以來，原告都是與妻子共同生活，日常自理，無需妻子或

他人照顧，也可以上班工作。

- 下班後，原告亦會幫忙清潔家居。
- 原告閒時會慢跑。
- 由交通事故發生至抵達仁伯爵綜合醫院急症室期間，原告的意思識清醒，清楚地感到其左腳受撞的疼痛，以及被車輛撞倒後所帶來的恐懼。
- 在接受手術及住院期間，原告承受了巨大的痛楚。
- 由交通事故發生後至提起本民事請求之時，原告尚未痊癒，傷患處不時疼痛，自由活動能力受限，有時需要服用醫院處方的止痛藥止痛。
- 原告直至提起本民事請求之時，無法站立和步行超逾很長時間，初時出入仍需使用輪椅代步。
- 即使是勉強步行，原告的步履亦不穩，呈現一瘸一拐的姿態。
- 在交通事故發生後，原告的活動能力已大不如前，不能如以往般自理日常生活，幫忙照料家庭，包括清潔，反而相當程度上需要由妻子照顧。
- 在外地工作的兒女需要不時回澳，探望原告。
- 原告對於未能工作和自食其力感到失落和難過。
- 原告心裏時常認為自己連累了家人，為家人帶來麻煩。
- 直至現時，原告仍需要定期到 XX 醫院骨科覆診。
- 醫學鑑定人評定原告現時的傷殘比率為 20%。
- 根據醫學鑑定書之內容，體查受害人左小腿腫脹，手術切口 5cm

於左髕骨下及左外髁節背伸困難；雙下肢肌力均為 V 級，左膝關節活動度為 0-110 度，右側為 0-130 度，左外髁手術切口附近有感覺減退，左踝關節跖屈良好，背伸困難，約為 0 度；右踝關節背伸為 20 度。

- 在 2020 年 10 月 7 日至 2021 年 7 月 15 日期間，原告多次前往 XX 醫院覆診和接受治療，從而產生合共 MOP\$6,816.00 的醫療費用，有關醫療費用的金額，明細如下：

	日期	金額
1	7/10/2020	MOP\$160.00
2	21/10/2020	MOP\$340.00
3	4/11/2020	MOP\$ 160.00
4	16/12/2020	MOP\$210.00
5	30/12/2020	MOP\$160.00
6	13/1/2021	MOP\$160.00
7	27/1/2021	MOP\$190.00
8	11/2/2021	MOP\$160.00
9	25/2/2021	MOP\$160.00
10	1/3/2021-3/3/2021	MOP\$4,875.00
11	15/7/2021	MOP\$241.00
合共		MOP\$6,816.00

民事答辯狀中的事實：

Na data do acidente, a responsabilidade cível perante terceiros,

emergente da circulação do veículo ligeiro de passageiros (táxi) de matrícula MX-XX-62, havia-lhe sido transferida através do contrato de seguro titulado pela apólice nº 007XXX67, do ramo automóvel, até ao limite de MOP\$3.000.000,00 por acidente.

*

另外證明以下事實：

被害人從嫌犯右方停在路旁之車輛空隙步出至嫌犯行駛中的車行道之時及在這過程中，沒有注意嫌犯所行駛中的中間車行道的來車，違反其應在顧及自身及他人安全的情況下在車行道上沿路緣通行的謹慎通行義務，也導致上述意外的發生，令其本人的身體完整性受到嚴重傷害。

嫌犯學歷為大專文憑。

嫌犯承認其被指控的事實。

根據刑事紀錄證明，嫌犯為初犯。

*

(二) 未獲證明的事實：

尚沒有其他載於控訴書及刑事答辯狀的重要事實有待證實。

載於民事起訴狀的以下重要事實未能獲得證實(其餘載於民事起訴狀及民事答辯狀的事實則屬於證據的批判分析、結論性或法律性事實)：

- 如果沒有本次交通事故的發生，原告會一直工作至 80 歲，收取每月的工作報酬。

- 原告因本次交通事故導致其自 2021 年 3 月 11 日至今仍然無法如常上班。
- 嫌犯會到街市買餸，為妻子及外孫準備晚膳。
- 原告將來已無法進行其喜歡的慢跑。
- 自交通事故後，原告經常失眠及發惡夢，並不如以往般健談和爽朗。

三、法律方面

本上訴涉及的問題為：

- 交通意外過錯之分配
- 醫療費用 私營醫療機構診療費
- 長期部分無能力賠償
- 非財產性損害賠償

*

(一) 交通意外過錯之分配

上訴人 A 有限公司不同意原審法院認定的交通意外之過錯比例，認為嫌犯和受害人對交通意外的發生應負上均等的責任，即：各 50%。

*

根據澳門《民法典》第 564 條第 1 款的規定，“如受害人在有過錯下作出之事實亦為產生或加重損害之原因，則由法院按雙方當事人過錯之嚴重性及其過錯引致之後果，決定應否批准全部賠償，減少或免除賠償”。

關於過錯分擔的問題，應該具體個案具體分析，按照具體交通意外的每個涉案人對於事故的發生所起的作用來予以訂定。（參見終審法院第 355/2013 號上訴案 2013 年 11 月 27 日合議庭裁判以及第 48/2017 號上訴案 2017 年 11 月 15 日合議庭裁判）。

*

本案所認定的事實及卷宗資料顯示：

2019 年 8 月 17 日約 11 時 13 分，嫌犯駕駛涉案電召的士，由 XX 酒店大堂往路氹城連貫公路方向，沿中間車行道駛離 XX 酒店大堂。當嫌犯駛至事故地點之彎位時，被害人從其右方停在路旁之車輛空隙步出至其行駛中的車行道，其右車身與被害人發生碰撞，引致被害人倒地受傷。碰撞發生時為日間，下雨天氣，地面濕滑，交通密度正常。

按照嫌犯在審判聽證中的陳述，其留意不到被害人從右方停在路旁的車輛空隙內步出，撞及被害人。當時可能其駕駛的電召的士的擋風玻璃旁的死角位剛巧遮蔽了步出的被害人，及可能其當時集中精神望向了左方（有一個位置會有車出來）；案發時正在下雨，地面濕滑，其車速不快，但承認若當時其謹駕駛，應可留意到被害人及避免意外發生。

根據被害人在審判聽證中的聲明，案發時其從 XX 酒店大堂出來，過了斑馬線，由於前方花圃沒有位置讓其直達酒店外圍的街口，故其沿左方車行道上的白線向下步行，打算一直沿白線行到酒店外圍的巴士站，期間，後方的涉案電召的士碰撞到，使其跌在地上，位處該的士駕駛席門下。

眾所周知，酒店大堂門前的內行車道主要功能是上落客人，XX 酒店大堂門前的內車道車輛及遊客或其他訪客眾多，“人車爭道”的情況嚴重，無疑提高了對駕駛者小心駕駛的要求。嫌犯在涉案酒店門前的中間車行道行駛，其沒有留意到被害人已經步出並在其行車道上行走，撞及被害人；另一方面，被害人從停在右車道排隊等候上客的普通的士中間步出進入中間車道並沿右邊和中間車道的分割線與肇事車輛同一方向步行，約 3 秒後被司機撞及。雖然碰撞的位置為一彎位，但司機前方視線沒有阻礙。根據當時的交通狀況，對比司機和被害人的駕駛和步行情況，原審法院裁定司機對交通意外的發生負 80% 的過錯責任，而被害人負 20% 過錯責任，並無錯誤，符合各自對於交通意外的發生所起的作用。

基於此，上訴人 A 有限公司的該上訴理由不成立。

*

（二）醫療費用 私營醫療機構診療費

上訴人認為，根據第 24/86/M 號法令的規定，澳門居民有權享受澳門特區透過仁伯爵綜合醫院向市民提供的衛生護理服務，只有衛生局因技術或人力資源上無法提供服務時，居民可轉向私營醫療機構求診。被害人不在公營醫療機構求診並接受治療，而是自行轉到收費昂貴的私營醫療機構求診，因此，原審法院不應全盤認定被害人支付的診費，要求根據第 24/86/M 號法令第 21 條作出減半之改判。

*

第 24/86/M 號法令所訂定的是，有關可享受完全免費衛生護理服務群體的衛生護理之求取制度。根據該法令，澳門地區居民有權向衛生局求取直接或間接由該局提供的衛生護理服務；由澳門私人醫療單位，根據該法規規定提供的護理服務，視為衛生局間接提供的護理服務。（第 24/86/M 號法令第 1 條）。

首先，人的生命和健康權利應獲得至高的保障，澳門居民完全有自由在本澳選擇公營或私營醫療機構求取衛生護理服務，任何人都無權干涉。

其次，澳門私營醫療機構根據相關法規（第 24/86/M 號法令）規定提供的護理服務，視為衛生局間接提供的護理服務。

本案，上訴人在交通意外發生之後，首先被送往仁伯爵綜合醫院急診部，當日，轉送到 XX 醫院急診部接受急診治療，隨後，相繼接受住院手術及門診康復治療。事實上，被害人作為年逾 65 歲人士且在交通意外中受傷的危險組別，對其的醫療護理服務早已依據該第 24/86/M 號法令分流至包括 XX 醫院在內的多間私營醫療機構，而 XX 醫院亦是在第 24/86/M 號法令規定的框架下為被害人提供治療並且收取費用（見被害人的住院收費單）。完全不存在擅自選擇求診機構和昂貴收費問題。

我們需強調，涉及交通意外中治療傷痛的醫療費用賠償問題，主要的考量是，有關的醫療手段是否是為著治療和復原被害人在交通意外中遭受的傷痛，以及相關的醫療費用支出是否是該等醫療的費用支出，且是否符合政府或行業收費標準或合理。至於上訴人主張的、涉

及是否存在沒有因果關係的醫療及奢侈收費問題，上訴人應負舉證責任。上訴人不能僅以私營醫療收費高之籠統推測，簡單地要求簡單將收費支出降低 50%。

因此，上訴人 A 有限公司的上訴理由不成立。

*

（三）長期部分無能力賠償

上訴人認為，原審法院就被害人的長期部分無能力損害賠償所訂定的金額過高且失衡，違反了衡平原則，要求改判為不超過澳門幣 200,000 元的金額。

*

在確定長期部份無能力賠償金額時亦遵循衡平的標準，除了長期無能力程度及其對日常生活和工作的影響之外，亦不妨礙考慮其他已認定的有關事實，如受害人的年齡、受傷害前的身體狀況、現行之薪酬及工作、學歷、其在受害前後職業上之期許等。²

本案，被害人的長期部分無能力為 20%，導致其長期部分無能力的損害是左腿踝關節和膝關節強硬，交通意外發生時，被害人 69 歲，任職保安員，其身體健康，仍有繼續工作的意願。雖然被害人已到一般人認為的享受退休生活年齡，但是，任何人都不能禁止其繼續工作並賺取報酬。

原審法院根據已證事實，考慮被害人部分無能力的身體損害位置和程度、對其日常生活受到的影響、被害人在交通意外發生時的年齡、

² 參見終審法院第 20/2007 號案及第 62/2012 號案的合議庭裁判。

身體狀況、工作能力、工作性質、對將來生活的安排和期許，依照《民法典》第 489 條規定的衡平原則，訂定被害人可獲得長期部份無能力補償為澳門幣 400,000 元，並無過度高昂且失衡的情況，上訴法院沒有介入的理由。

因此，上訴人 A 有限公司的上訴理由不成立。

*

（四）非財產損害賠償

上訴人認為，原審法院訂定被害人的精神損害賠償為澳門幣 480,000 元，有違衡平原則，請求改判為不超過澳門幣 200,000 元的金額。

對於非財產損害賠償（精神損害賠償）的金額訂定，中級法院一直認為³：

對過失而產生的精神損害賠償或非物質損害賠償金額的訂定，由法官依公平公正原則作出，而法官只能根據每一個案中已證事實及具體情況作出考慮，而不可能以其他個案或判決中某個可量化的項目作為衡量精神損害賠償的指標，更不可能存在一計算精神損害賠償的公式。

法律賦予了審判者依照衡平原則作出決定的自由決定空間，上級法院只有在其決定出現明顯的不公平、不適當的情況下才有介入的空間。

人體以及身心的健康是無價的，法律規定對受害人精神損害賠償

³ 參見中級法院 2004 年 12 月 9 日第 293/2004 號合議庭判決、2014 年 3 月 20 日第 786/2010 號合議庭判決、2014 年 4 月 24 日第 454/2011 號合議庭判決。

也不過是通過金錢的賠償讓受害人得到一些精神安慰而已，而不能理解為完全的肉體的價值化。

對於訂定非財產損害賠償金額的事宜上，不應持有“吝嗇”立場，肯定的是，該等損害賠償旨在向受害人提供“安慰”，讓其減輕損傷對其造成的痛苦或盡可能把痛苦忘記。

這些年來澳門社會經濟所發生的變化，物質價值的不斷增長，我們沒有理由不讓一個一直高唱人性化、以人為本的管理的社會中的人的身心健康、精神健康的損害的“安慰價值”得到相應的體現。

作為減輕損傷帶來的痛苦而向被害人提供的一種“安慰”，非財產損害賠償應充分體現出對生命、人身以及精神的尊重與關懷，在衡平原則的基礎之上作出綜合考量。

*

本案，根據已證事實，特別是，被害人在交通意外中左腿脛骨及腓骨骨折，住院 26 日，期間行左脛骨骨折閉合復位交鎖髓內釘固定手術，可能需要再接受取出內固定手術，出院後，需定期到醫院骨科門診覆診和接受治療，康復期為 18 個月，醫學上認定為康復後，受傷腿部之踝關節和膝關節活動受限，步履不穩，留有永久傷殘。

原審法院指出：

民事原告因是次事件受傷而承受的身體痛楚、心理影響及精神痛苦，實際上皆屬非財產損害的範圍。考慮到上述已證事實，尤其因應原告受傷的位置、需要的康復期間及當中承受的傷患、手術和治療時的痛楚、情緒困擾及自責（包括之後很可能再要進行內固定手術的憂慮）、

心理壓力、身體活動能力受限（傷殘率）的程度等等，根據《民法典》第 489 條的所規定的衡平原則，本法院裁定有關的非財產/精神損害賠償為澳門幣 480,000 元。

本院認為，綜合考慮交通意外給被害人造成的身體傷害、接受治療及康復期間所忍受的痛苦、不便，尤其考慮到被害人因自身傷勢所產生的精神困擾，依據衡平原則，裁定澳門幣 480,000 萬元的非財產損害賠償，屬在適當範圍內，體現了非財產損害賠償本身具有的對於因損害而遭受痛苦之被害人的安慰價值，並無過度高昂且失衡的情況，不存在明顯的不公平、不適當，上訴法院沒有介入的理由。

因此，上訴人 A 有限公司的上訴理由不成立。

四、 決定

綜上所述，合議庭裁定上訴人 A 有限公司的上訴理由不成立，維持原判。

*

上訴人 A 有限公司須支付其上訴的訴訟費用，其中司法費定為 6 個計算單位。

被上訴人無需支付訴訟費用。

著令通知。

—*—

澳門，2024 年 3 月 14 日

周艷平
(裁判書製作人)

蔡武彬
(第一助審法官)

陳廣勝
(第二助審法官)